

DECLARAÇÃO PARA FINS DE CONTROLE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS/EMPREGOS/PROVENTOS E/OU PENSÃO

Nome: Adriano Rodrigues

Cargo: Analista de Sistemas

Unidade: Sede Amazul

Área: Presidência

Regime de Trabalho Semanal:

☐

20 Horas

☐

24 Horas

☐

30 Horas

☐

36 Horas

☐

40 Horas

DECLARO, tendo em vista no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal; no art. 13 e no inciso III do art. 116 da Lei nº 8.112/90, na Lei nº 8.429/92 e na Portaria Normativa SGP Nº2/12, que na presente data:

1 – Exerce Atividade Remunerada na iniciativa privada / profissional liberal /autônomo ?

☐

NÃO

☐

SIM - CNPJ: _____ Cargo: _____ Carga horária: _____ hs/semana

Empresa: _____

Importante: ANEXAR DECLARAÇÃO DA EMPRESA OU DOCUMENTO DE DESLIGAMENTO.

2 – Está em gozo do benefício do seguro-desemprego ou já dei entrada no requerimento do mesmo ?

☐

NÃO

☐

SIM

3 – Participa de Sociedade Privada ?

☐

NÃO

☐

SIM

3.1 - Em caso afirmativo, exerce gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário (Inciso X do artigo 117, da Lei nº 8.112/90) ?

☐

NÃO

☐

SIM

Importante: ANEXAR CÓPIA DO CONTRATO SOCIAL

Data de ingresso: ____/____/____ Auxílio-alimentação: ☐ ☐

O inciso XVI do Art. 37 da CF dispõe que “é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários”, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.”

Importante: No caso de acumulação não permitida, sua contratação somente será efetuada se V.Sa. apresentar documento comprobatório de desligamento do outro Órgão Público.

Conforme disposto na Portaria Normativa nº 2, de 12/03/2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estou ciente que deverei fornecer cópia dos comprovantes de rendimentos (contracheque) de todos os vínculos, no ato da posse/admissão/contratação; semestralmente, nos meses de abril e outubro, e sempre que houver qualquer modificação, à Coordenadoria de Relações Trabalhistas da AMAZUL.

O cumprimento do disposto nesta Portaria Normativa é condição essencial e indispensável para a posse, o exercício e a permanência do empregado no cargo efetivo, em comissão ou na função comissionada, bem como para a percepção da pensão civil a que faça jus.

Estou ciente, ainda, que, caso ocorra qualquer alteração no conteúdo deste formulário, deverei informar imediatamente à Administração.

São Paulo, 11/12/2019

Assinatura